



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002705-46.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Itaucard S/A**
 Requerido: **Camila Spinelli Levi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

O autor Banco Itaucard S/A propôs a presente ação contra a ré Camila Spinelli Levi, alegando, em resumo, ter celebrado com esta uma cédula de crédito bancário com alienação fiduciária para aquisição do veículo descrito às folhas 02 e que a ré encontra-se inadimplente com as parcelas desde 07/10/2015.

A liminar foi deferida às folhas 33, expedindo-se mandado de busca e apreensão e citação.

O veículo não foi encontrado para apreensão (folhas 41).

A ré, em contestação de folhas 44/48, suscita preliminar de inépcia da inicial. No mérito, pretende seja mantida na posse do bem, requerendo a improcedência do pedido, alegando: a) que o veículo possuía restrição judicial; b) que o veículo não estava disponível para transferência; c) que os juros praticados são extorsivos.

Réplica de folhas 55/60.

Relatei.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De início, defiro à ré os benefícios da justiça gratuita. Anote-se.

Afasto a preliminar de inépcia da inicial, tendo em vista que se encontra revestida das formalidades legais.

A preliminar de impossibilidade jurídica do pedido se entrosa com o mérito e com ele será equacionada.

Não há falar-se em suspensão do processo, porque o feito mencionado pela ré foi julgado improcedente. Aliás a **aquisição, a compra e venda**, discutida nos autos da Terceira Vara somente foi possível pelo empréstimo feito a requerida pela autora como podemos observar do documento que segue a fls.16

A ré alega genericamente que os juros praticados pela autora são extorsivos, todavia, não compete ao Poder Judiciário o controle dos juros praticados pelas instituições financeiras, função essa do Poder Executivo.

Por outro lado, aquiesceu com as cláusulas contratuais, devendo-se observar o princípio *pacta sunt servanda*.

No mérito, a mora restou incontroversa diante do protesto do título (**confira folhas 22/23**), estando a ré inadimplente com as parcelas desde o dia 07/10/2015.

Como se tal não bastasse a postulada infringiu cláusula contratual expressa – v item N, deveres, inciso II, de fls. 15, ao entregar o bem a seu namorado, que se encontra com paradeiro ignorado

Assim, de rigor a procedência do pedido.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do art.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

487, I, do Código de Processo Civil, declarando rescindido o contrato e consolidando em mãos da autora o domínio do bem. Torno definitiva a liminar, reintegrando a autora na posse do veículo tão logo forneça ao juízo seu paradeiro. Em razão da sucumbência experimentada, arcará a ré com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária desde o ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita ora deferidos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.I.C.

São Carlos, 20 de junho de 2016.

Juiz Milton Coutinho Gordo

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**